

Reflexões sobre identidade negra e análise da revolta dos Malês no livro didático de história

Manuela de Novaes e Silva Alves¹

Resumo

O presente artigo discute alguns dos problemas acerca da identidade negra, bem como suas representações e construções, partido, primeiramente de uma problematização do conceito de identidade. Busca-se pensar sobre o que está envolvido na construção da identidade negra e como o tema vem sendo tratado no livro didático selecionado para análise. Aponta-se a necessidade de que os currículos e os autores dos livros didáticos caminhem no sentido de valorizar essas identidades, sem que o tema recaia em congelamento ou até mesmo na perpetuação de estereótipos e preconceitos.

Palavras-Chave: livros didáticos, identidade negra, representações.

Introdução

Este artigo visa tecer algumas reflexões sobre a identidade negra e sobre como o tema tem sido abordado no livro didático. Busca-se, primeiramente, pensar em algumas concepções de identidade que ganharam força com o movimento teórico e político do multiculturalismo crítico – movimento voltado para a valorização da pluralidade cultural e desafio a preconceitos a ela relacionados (CANENA; OLIVEIRA, 2000). Em um segundo momento, será trabalhada especificamente a questão da identidade negra, relacionando-a com as abordagens presentes nos livros didáticos. Finalizo com uma análise comparativa entre o texto acadêmico e o texto do livro didático, destacando os problemas encontrados nos discursos e imagens do livro e como estes equívocos e omissões contribuem com a perpetuação de

¹ Estudante de Graduação em História pelo UniCEUB

preconceitos que se encontram marcados na sociedade. O argumento central acerca da identidade negra é de que ela não se esgota em determinantes de cor ou de herança cultural, devendo ser compreendida na tensão entre outros marcadores, que lhe dão a característica de mutabilidade, e não estão centrados em um único marcador, ou seja, um “Marcador Mestre” como sugere (GRANT, 2000).

Perspectivas sobre a Identidade

Antes de discorrer sobre a identidade negra, é necessário tecer algumas reflexões e apontar questões sobre o conceito de identidade propriamente dito. Sob o prisma do multiculturalismo crítico-movimento teórico e político, voltado à valorização da pluralidade cultural e ao desafio a preconceitos a ela relacionados (CANENA; OLIVEIRA, 2000), relaciono três premissas:

A primeira delas refere-se à continuidade da construção da identidade. Segundo Canen, a identidade é uma construção contínua, sempre provisória e contingente, construída e reconstruída nas relações sociais. Assim, este olhar supera a visão essencialista, que visualiza a identidade como uma entidade biologicamente definida. A segunda premissa nos mostra que a identidade é um processo que envolve “marcadores plurais”, como, por exemplo, religião, gênero, histórias de vida, classes sociais, entre outros. Estes diversos marcadores se hibridizam em contextos singulares de significação, e, com esta visão, supera-se a ideia de que um “marcador mestre” pode definir uma identidade. Assim, é justamente com a síntese destes marcadores plurais que se configuram e se formam as identidades. Mesmo que, momentaneamente, se joguem luzes sobre algum marcador identitário, quando, por exemplo, há alguma política pública em andamento, não se pode perder de vista que se

trata de uma estratégia transitória, na medida em que tentam homogeneizar algo que é fundamentalmente heterogêneo e plural. É necessário, como sugere Santos (2001), compreender que existem diferenças dentro das diferenças.

O terceiro ponto versa sobre as relações de poder que existem na sociedade, os currículos e a construção de identidades. O currículo, enquanto envolvendo discursos que não só representam, mas constroem identidades, está imbricado nas relações de poder que instituem a seleção de conteúdos e formas discursivas consideradas “oficiais” e “corretas”, mas que, na verdade, dão voz a certas identidades e silenciam outras. Com isso, acabam instituindo verdades e legitimam certos discursos em detrimento de outros (CANENA; OLIVEIRA, 2000).

Sob a luz dessas premissas, a identidade será aqui entendida como uma concepção que mescla as três ideias apresentadas. Identidade é um processo em constante construção, que envolve marcadores plurais e que se forma na pluralidade de identidades, bem como nas relações sociais.

Toda esta discussão acerca das identidades é fundamental para que se possa entender que há uma enorme dificuldade na hora de se conseguir formar identidades plurais. O trabalho com currículos tradicionalistas e livros que não contribuem, trabalham com outras culturas são fatores que precisam ser revistos, questionados. Por isso julgo ser de grande importância trabalhar, analisar a participação popular nos livros de história.

Um olhar sobre a identidade negra

Como sujeitos sociais, é no âmbito da cultura e da história que definimos as identidades sociais, não apenas as identidades raciais, mas todas

as outras, como as de gênero, sexo e de nacionalidades. São estas múltiplas identidades que constituem o sujeito e reconhecer-se numa delas supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e negar outras. Nesse processo, como já foi dito, nada é estático e simples, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas. Assim, somos sujeitos de múltiplas identidades e elas podem ser provisoriamente atraentes, parecendo-nos depois descartáveis. Elas podem ser rejeitadas e abandonadas, confirmando sua característica instável, histórica e plural.

Assim como em outros processos, a identidade negra se constrói gradativamente, num processo que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, em que os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividade, e no qual se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo (GOMES, 2002).

A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção transitória, social, histórica e cultural que implica na construção do olhar de um grupo ou sujeitos sobre si mesmos, a partir de suas relações com outros grupos ou sujeitos.

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que ensina, desde muito cedo, o negro a negar-se como tal, é um grande desafio. Cabe lembrar aqui que a indústria da moda e de consumo dificulta esta não aceitação. Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que ensina, desde muito cedo, o negro a negar-se é um desafio. O antropólogo José Jorge de Carvalho², em seu trabalho intitulado “Racismo fenotípico e

² José Jorge de Carvalho é professor do Departamento de Antropologia (UNB) e Pesquisador do CNPq. Foi Professor das Universidades de Queen's de Belfast, Rice University, Universidade de Wisconsin-Madison e Pesquisador Visitante na

estéticas da segunda pele”, nos mostra que, se há algo que caracteriza nossa época, é a disseminação das imagens racistas que ganharam força com a Revolução Industrial.

Antes do século XVIII não havia meios tecnológicos para difundir o imaginário produzido com a finalidade de impor a superioridade branca no mundo inteiro. Assim como Walter Benjamin construiu uma história das transformações da obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica, devemos agora incluir um recorte racial ou fenotípico em seu modelo interpretativo e refletir sobre a difusão e mesmo a naturalização das imagens do mundo clássico (da chamada beleza greco-romana) e do mundo europeu moderno. (JORGE, 2000, p. 14).

Assim, quando pensamos na articulação entre identidade negra, cultura e educação, falamos de processos densos, movediços e plurais, constituídos pelos sujeitos sociais no decorrer da história, nas relações sociais e culturais. Processos que estão imensos na articulação entre o individual e o social, entre o passado e o presente, entre a memória e a história.

É importante lembrar que a identidade construída pelo negro não se dá apenas pela oposição ao branco, mas também pela negociação, pelo conflito e pelo diálogo com este. As diferenças implicam processos de aproximação e distanciamento. Nesse jogo complexo, vai-se aprendendo, aos poucos, que as diferenças são imprescindíveis na construção de nossas identidades.

Sendo entendida como um processo contínuo, construído pelos negros nos vários espaços – institucionais ou não – nos quais circulam, a identidade negra, conclui-se, também é construída diante da trajetória escolar desses sujeitos. Na escola, durante esse percurso, os negros deparam-se com

Universidade da Flórida. É autor dos livros *Cantos Sagrados do Xangô do Recife*, *Mutus Líber*, *O Livro Mudo da Alquimia*, *O Quilombo do Rio das Rãs* (org.), *Rumi - Poemas Místicos* e *Os Melhores Poemas de Amor da Sabedoria Religiosa de Todos os Tempos*.

diferentes olhares sobre seu pertencimento racial, sobre sua cultura, sua história, seu corpo e sua estética.

Será que a escola está atenta a essas questões? Será que esta realidade é tratada de maneira responsável pelos livros didáticos, quando se selecionam os conteúdos e a forma como eles são tratados?

Representações negras nos livros didáticos

Nicholas Davies (2002) faz uma interessante análise de como as camadas sociais são trabalhadas nos livros didáticos. Por isso, julgo importante o diálogo com o mesmo. Houve nos últimos anos uma tendência na historiografia brasileira de recuperar o que teria sido essa participação na história, e como retratá-la nos livros didáticos.

Embora os estudos das revoltas populares (o Quilombo de Palmares seja o exemplo mais conhecido), das condições de vida e trabalho dos dominados tenham crescido, não tiveram grande impacto nos livros de história. (DAVIES, 2002, p. 104).

Entretanto, convém ressaltar que tal tendência muitas vezes apresenta uma visão parcial da participação popular, enfatizando as resistências populares à dominação e buscando encontrar heróis populares, para se contrapor aos heróis dos grupos dominantes. Conforme Davies,

essa participação tenderia a ser vista apenas de determinada maneira, parcial pois idealizaria os setores populares ao não levar em conta as suas inúmeras contradições materiais e mentais. (DAVIES, 1999, p. 49)

Uma proposta de análise: Nova história Crítica

Nova história crítica é uma coleção de livros didáticos de primeiro e segundo grau do historiador Mario Schmidt. Foi publicada pela editora Nova Geração.

Durante muitos anos esta obra foi amplamente utilizada no ensino das escolas públicas e privadas do Distrito Federal, embora atualmente tenha perdido muito espaço. Assim, chamo atenção para o fato de que milhares de estudantes a tiveram e ainda a têm como referencial, como formadora de conteúdo histórico.

Nesta obra encontramos, em vários pontos, erros conceituais que perpetuam preconceitos que, durante anos, os historiadores e críticos lutaram para pôr fim. O livro, apesar de ter sido reprovado pelo MEC, continua sendo utilizado nas salas de aula do Brasil. Algumas críticas foram escritas a respeito. Um exemplo é a de Ali Kamel, jornalista e crítico que escreveu *O que ensinam às nossas crianças*. Da obra, destaco um pequeno trecho:

Nossas crianças estão sendo enganadas, a cabeça delas vem sendo trabalhada, e o efeito disso será sentido em poucos anos. É isso o que deseja o MEC? Se não for, algo precisa ser feito, pelo ministério, pelo congresso, por alguém. (KAMEL, 2009, p. 14)

Primeiramente, gostaria de justificar o tema escolhido para esta comparação: a análise entre o discurso acadêmico e o apresentado no livro didático. A revolta dos malês marcou significativamente a história brasileira e é prova concreta da luta dos escravos contra o sistema escravagista. Durante muitos anos a historiografia silenciou-se quanto às lutas, revoltas e resistências promovidas por escravos, o que contribuiu para criar um imaginário errôneo de que os escravos brasileiros se conformavam com a situação a que eram submetidos.

Segundo Gilberto Freyre, “desde logo salientamos a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maiores no Brasil do que em qualquer outra parte da América” (1963, p. 12). Esta célebre frase expressa com clareza a visão que perpassava e ainda se faz muito presente na historiografia da escravidão brasileira, admitindo uma harmonia nas relações sociais entre senhores e escravos, sobretudo se comparada a de outros países escravistas.

Felizmente, novos trabalhos têm sido realizados no sentido de romper com esta visão. O incessante trabalho de pesquisa realizado pelo baiano João José Reis é um exemplo que mostra a complexidade das revoltas, principalmente a Revolta dos Malês, que assolaram o Brasil nos séculos XVIII e XIX.

Segundo Reis, africanos muçulmanos foram trazidos para diversas regiões das Américas como escravos, e aqui procuraram reproduzir o que puderam e o que mais interessava das práticas islâmicas, de acordo com as quais haviam sido educados. Não se sabe exatamente quando foi que os primeiros negros islâmicos aqui chegaram. No entanto, os registros anteriores aos do século XIX apontam a chegada de africanos vindos da África Ocidental – alguns eram islâmicos, como os Malinkes. Estes, ao chegarem ao Brasil, foram chamados de mandingos. Embora não se tenha notícia detalhada de sua presença no Brasil, estes africanos deixaram rastro inconfundível nos amuletos coloniais, chamados bolsas de mandinga, ou simplesmente mandinga – termo que era usado em certos contextos, equivalia a feitiçaria.

Foi ao longo da primeira metade do século XIX que desembarcou na Bahia grande número de africanos muçulmanos. É importante notar que nesta época o Islã se constituiria em vigorosa força política na África Ocidental,

especialmente dentro da atual Nigéria, no chamado Sudão Central, onde estavam situados diversos reinos ou Estados Haussás, como Kano, Gobir etc.

O islamismo não era um corpo estranho nesta região; havia ali se fixado durante gerações, e com mais força entre os fulanis, um grupo étnico que constituía cerca de 20% da população da Haussulândia. A maior parte dos soldados capturados nessas guerras era vendida aos Iorubas de Òyó, que os retinham em seu território ou os exportavam para serem vendidos a traficantes, no litoral. Ao chegarem às Américas, não esqueciam que eram filhos de Alá e, assim, mantinham suas práticas religiosas, liam o livro sagrado, criavam relações de identidade com os semelhantes e colocaram em xeque a escravidão na Bahia.

No Brasil há valiosos relatos de presença muçulmana expressiva desde pelo menos o início do século XIX, e estes africanos lideraram diversos movimentos de libertação de escravos. Denominados normalmente de malês, eram também conhecidos como mulçumis, muxurimum etc. A expressão malê vem de imalê, que na língua Ioruba significa mulçumano. Portanto, os malês eram especificamente os muçulmanos de língua Ioruba, conhecidos como nagôs na Bahia. É importante ressaltar que existiam outros grupos, até mais islâmicos, como por exemplo, os haussás. A tensão entre malês e a sociedade baiana era constante. Suas manifestações de profissão da fé eram severamente reprimidas pela colônia. Por não ser uma religião de raiz étnica, mas de carácter universal, o islamismo tinha também o potencial de unir africanos de várias origens, retirando dos escravistas a vantagem política de divisão entre escravos. Eles representavam povos unidos por uma mesma fé. A revolta dos Malês envolveu cerca de 600 homens, o que parece pouco, mas esse número equivale a 24 mil pessoas nos dias de hoje. Os rebeldes

tinham planejado o levante para acontecer nas primeiras horas da manhã do dia 25, mas foram denunciados.

O livro didático escolhido para análise, ao abordar a Revolta dos Malês, coloca-o em uma página separada das demais, como se o tema fosse apenas uma curiosidade, ou seja, uma página à parte da história do Brasil. O texto ali escrito é demasiadamente simples, não dá maiores informações de onde vieram os malês e conta apenas o final da história, “[...] o poder de fogo das tropas do governo foi superior e os malês foram derrotados”. Schimidt não aborda em nenhum momento a traição, a denúncia que ocorreu, e coloca no centro da página uma foto que em nada se relaciona com os escravos Malês.

Resumindo, o texto é demasiadamente simples, imagem que não condiz com a realidade malê e omite fatos importantes para o entendimento da derrota destes escravos.

Para concluir, aponto a necessidade de se destacar o verdadeiro lugar do negro islamizado no Brasil, como agente modificador do curso dos acontecimentos no final do período colonial e nos primeiros anos do império. O islamismo transplantado para o país foi um importante fator de aglutinação na luta negra e o tema merece ser estudado a fim de contribuir para a construção da identidade e memória negra. A luta desses escravos foi e deve continuar sendo um importante motivo de orgulho para os negros deste país.

Referências

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, W. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CANEN, Ana; OLIVEIRA, A. M. Multiculturalismo e currículo em ação: um estudo de caso. *Revista brasileira de educação*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 21, p. 26-40, 2000.

CARVALHO, José Jorge. Racismo fenotípico e estéticas da segunda pele. *Revista Cinética*, Rio de Janeiro, v. II n. 2 p. 74-100, 2008.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GRANT, N. *Multicultural education in Scotland*. Edinburgh: Dunedin Academic Press, 2000.

PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 2009.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, B. S. Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento. *Educação e realidade*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 51-76, 1999.

SCHMIDT, Mário. *Nova história crítica*. São Paulo: Nova Geração, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu. Teorias do currículo: o que é isto. In: *DOCUMENTOS de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 78-100.

Revisado pela biblioteca em:

Informações incompletas em vermelho

Destaque verde para alterações no texto - citações